



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA IGUALDADE RACIAL

PCTMA /Terreiros – Povos e Comunidades Tradicionais de Matrizes Africanas e Afrobrasileira - Terreiros

QUEM SÃO OS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS?

De acordo com o Decreto nº 6.040/2007, Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) são definidos como:

“grupo culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidos pela tradição.



Decreto n.º 80.978 - de 12 de dezembro de 1977

Promulga a Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, de 1972

Que a referida Convenção, apenas por cópia ao presente Decreto, seja, com a mesma reserva, executada e cumprida tão inteiramente como nela se contém. Havendo a referida Convenção entrado em vigor, para o Brasil, em 2 de dezembro de 1977



O principal marco legal Brasileiro é a **Constituição Federal de 1988**. Nela estão previstos os direitos e garantias fundamentais de todos os brasileiros conforme prevê o artigo 5º, a igualdade, a liberdade de pensamento, o livre exercício religioso, dentre outros. Além da Constituição, há normativos como Leis, Decretos e tratados internacionais ratificados pelo Brasil, além de Portarias e Resoluções.



- Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Estatuto do Índio;
<https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/7764>
 - Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial;
<https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/6420>
 - Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021, que institui o Programa Alimenta Brasil, para aquisição de alimentos, que tem como finalidade ampliar o acesso à alimentação e incentivar a produção de agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, povos indígenas e demais populações tradicionais;
<https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/4689>
 - Decreto nº 26, de 4 de fevereiro de 1991, que dispõe sobre a Educação Indígena no Brasil;
<https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/7766>
- Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titularização das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos, de que trata o art. 68 do ADCT; <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/6434>
- Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.
<https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/7768>



- Decreto nº 10.088, de 5 de novembro de 2019, que consolida normativos editados pelo Poder Executivo Federal que dispõe sobre a promulgação de convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT) ratificados pela República Federativa do Brasil;
<https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/6477>
- Convenção 169 Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre Povos Indígenas e Tribais, adotada em Genebra, em 27 de junho de 1989, promulgada no Brasil pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004, e atualmente em vigência pelo Decreto 10.088/2019;
<https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/7779>
- Conferência Mundial de Durban e o Brasil – Ação Internacional Concentrada no Combate ao Racismo e à intolerância – em setembro de 2001, em Durban, África do Sul: cerca de 170 países se fizeram representar na Conferência Mundial das Nações Unidas contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância Correlata, com o objetivo de definir estratégias globais de combate ao racismo e à discriminação em suas distintas vertentes e manifestações;
<https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/7778>



Direitos

TERRITÓRIOS TRADICIONAIS

As relações específicas que esses grupos estabelecem com as terras tradicionalmente ocupadas e seus recursos naturais fazem com que esses lugares sejam mais do que terras, ou simples bens econômicos. Eles assumem a qualificação de território.

O território implica dimensões simbólicas. No território estão impressos os acontecimentos ou fatos históricos que mantêm viva a memória do grupo; nele estão enterrados os ancestrais e encontram-se os sítios sagrados; ele determina o modo de vida e a visão de homem e de mundo; o território é também apreendido e vivenciado a partir dos sistemas de conhecimento locais, ou seja, não há povo ou comunidade tradicional que não conheça profundamente seu território.

PRODUÇÃO

Normalmente, a produção de povos e comunidades tradicionais – plantio, criação, caça, pesca, extrativismo, artesanato – está associada a relações de parentesco e compadrio e são baseadas em relações de troca e solidariedade entre famílias, grupos locais e comunidades. Vender para o mercado não é o único fim; parte considerável da produção é destinada ao consumo e às práticas sociais (festas, ritos, procissões, folias de reis etc.), mantendo a unidade do grupo.

ORGANIZAÇÃO SOCIAL

Os grupos sociais em questão têm como característica a conformação de famílias extensas ou ampliadas. É comum encontrarmos, numa única unidade doméstica, dois, três ou mais núcleos familiares, residindo na mesma casa avós, filhos, netos, afilhados, outros agregados. Cabe salientar que a conformação da família nesses contextos atende a necessidades morais, sociais, culturais e econômicas próprias, sobretudo porque a família é central na organização de toda a vida da comunidade. Não devemos separar família de território, pois em grande medida um território se constrói a partir da aglutinação de vários sítios familiares e de uma ancestralidade comum.



DIREITO À EDUCAÇÃO DE BASE

LEI Nº 9.475, DE 22 DE JULHO DE 1997

Ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil. Dá nova redação ao art. 33 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

DIREITO À CULTURA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL

DECRETO Nº 3.551, DE 4 DE AGOSTO DE 2000

Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências.

CF Artigos 215 e 216

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.



POLÍTICAS DE PROTEÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL

- Ampliar e promover o acesso dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana às políticas de proteção e promoção social, com atenção à suas especificidades histórico-culturais.
- Promover a Busca Ativa dos povos tradicionais de matriz africana com vistas a promover o acesso aos bens e serviços.
- Identificar, com a colaboração de órgãos governamentais e lideranças, áreas prioritárias de cadastramento para inclusão no Cadastro Único para Programas Sociais - CADUNICO.
- Capacitar lideranças e gestores públicos para melhor qualificar a prestação de serviços da assistência social.

Desde 2005, o MDS inseriu na versão 7 do Cadastro Único para Programas Sociais (CADUNICO), a possibilidade de pessoas pertencentes a comunidades tradicionais de Matriz Africana se identificarem enquanto tais. Com isso, essas pessoas se tornam beneficiárias da Ação de Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos (ADA), por meio de parceria entre a SEPPIR, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB e a sociedade civil organizada. Além da possibilidade, salvo alguns estados, de uma porcentagem maior das políticas de inclusão social como Cartão Cidadão e Bolsa Família. É impreterível assumir o compromisso com a luta para que todos e todas tenham acesso ao direito fundamental da alimentação.

No código do cadastro único, todos que são de família pertencente as comunidades de terreiro, tem que pedir para se cadastrar ou atualizar no código (203), quem se cadastrar neste código recebe um pouco a mais, como é muito pouco conhecido, sugiro que leve com vocês este código e exijam que a pessoa verifique no sistema e inclua neste código.



INVENTÁRIO DAS COMUNIDADES DE TERREIRO NO CEARÁ

Associação Afrobrasileira de Cultura ALÁGBÀ em parceria com a Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA), Coordenadoria do Desenvolvimento Agrário (Codea), no período de agosto a novembro de 2022 visitaram as Comunidades Tradicionais de Terreiro no Ceará. Foram aplicadas 494 entrevistas válidas, 548 visitas feitas, em 57 municípios, de 13 Macrorregiões distintas no estado do Ceará, com a construção de um relatório técnico.]

Esta relevante pesquisa tomou como base 8 eixos distintos: Desenvolvimento Agrário Familiar; Segurança e Seguridade Alimentar; Segurança Hídrica e Saneamento Básico; Proteção Social; Educação; Cultura; Território e Territorialidade – Território Ancestral; Segurança Pública.



1. Desenvolvimento Agrário Familiar

a) Comunidades com mais de 400m² para plantio: 101

b) Comunidades que utilizam os espaços acima para plantio, nas modalidades abaixo: 69

Agricultura Familiar - 24

Quintal Produtivo - 40

Mandala - 02

Sisteminha da Embrapa - 01

Outros (cultivo próprio, Ervas sagradas e medicinais) - 02

Fonte: Alágbà (2022).

2. Segurança e Seguridade Alimentar

a) Comunidades (terreiro/casa/tenda) com cozinha

- Com cozinha: 270
- Sem cozinha: 224

b) Comunidades com equipamentos de Segurança Alimentar/Nutricional no entorno (1 km) do terreiro/casa/tenda

- Restaurante Popular, Cozinha Comunitária, Banco de Alimentos, Feiras Livres 228
- Nenhum, NS/NR 266



3. Segurança Hídrica e Saneamento Básico

a) Qual a principal fonte de abastecimento de água do terreno onde o terreiro/casa/tenda se situa?

Rede geral de água - 407

Poço no terreno do terreiro/casa/tenda - 052

Nascente 001

Poço fora do terreno do terreiro/casa/tenda - 013

Chafariz (poço público) - 003

Carro pipa - 004

Cisterna - 007

Outros (Açude, Cisterna, clandestino, etc.) - 010

b) Qual o principal destino do esgoto gerado no terreno onde o terreiro/casa/tenda se situa?

Rede coletora de esgoto - 203

Fossa séptica ligada à rede coletora de esgoto - 025

Fossa séptica não ligada à rede coletora de esgoto - 152

Fossa Rudimentar - 071

Vala - 021

Direto para rio, lago ou mar - 006

Outros (não tem saneamento básico, fossa ecológica, nenhum, a cidade não tem saneamento, direto para a rua, projeto de reuso de águas cinzas, não tem banheiro) - 008



4. Proteção Social

a) Identidade de gênero das lideranças de terreiro do Ceará

Homem Cis - 300
Mulher Cis - 175
Homem Trans - 002
Mulher Trans - 009
Não Binária - 002
Outros - 008

b) Qual a sua orientação sexual?

Heterossexual - 262
Lésbica - 023
Gay - 120
Bissexual - 028
Assexual - 002
Pansexual - 005
Travesti - 001
Outros - 002



c) Qual é sua cor/raça [auto identificação]?

Branca	079
Preta	133
Parda	212
Amarelo	002
Indígena	003
Moreno	004

d) Você ou seu terreiro/casa/tenda promove ou participa de alguma ação/grupo de enfrentamento ao racismo?

- ☐ Comunidades que não promovem ações de enfrentamento ao racismo: 385
- ☐ Comunidades que promovem ações de enfrentamento ao racismo: 106

e) Você ou seu terreiro/casa/tenda promove ou participa de alguma ação/grupo de enfrentamento às desigualdades de gênero?

- ☐ Comunidades que não promovem ações de enfrentamento às desigualdades de gênero: 344
- ☐ Comunidades que promovem ações de enfrentamento às desigualdades de gênero: 105

f) Trabalho com carteira assinada

Lideranças de comunidades de terreiro que trabalham com carteira assinada	030
Lideranças de comunidades de terreiro que não trabalho com carteira assinada	168
Não sabem ou não responderam	298



g) Inscrição no CadÚnico

☉ Comunidades com cadastro no CadÚnico: 234

☉ Comunidades sem cadastro no CadÚnico: 262

h) Você ou alguém do seu domicílio participa de algum programa social de transferência de renda?

Seguro desemprego 05

Bolsa família 166

Benefício de Prestação Continuada (BPC) 15

Aposentadoria 74

Outros (Pró-jovem, Agente Jovem Ambiental, Etc.) 52

Não sabem ou não responderam 200

Propostas construídas a partir do inventário:

Como sugestão para uma construção de propostas de Política de Proteção Social para os Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiro no Ceará apresentamos:

1. Promover cursos e oficinas voltados a mulheres (Cis e trans) e jovens de terreiro, qualificando-os para o mercado de trabalho, respeitando suas especificidades territoriais, culturais, étnico-raciais e de gênero.
2. Garantir a inclusão de Povos de Terreiro em programas sociais de transferência de renda ou congêneres.
3. Realizar busca ativa para cadastro único (CadÚnico) junto às Comunidade Tradicionais de Terreiro do Ceará;
4. Realizar formação interna nas instituições do Estado, a fim de garantir o atendimento de pessoas de terreiro livre de racismo religioso;
5. Propor uma campanha ampla nas mídias sócias e meios de comunicação para o enfrentamento às desigualdades de gênero e racial;





CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA IGUALDADE RACIAL

www.igualdaderacial.ce.gov.br

E-mail:

igualdaderacial.ce.gov.br

Telefone: 85 98513.6305

Instagram: @igualdaderacialce